

Professores consideram que rankings originam “juízo público negativo” sobre a classe

Estudo analisa as percepções dos professores do ensino secundário sobre rankings de escolas

Em Agosto de 2001 era publicado, em Portugal, o primeiro *ranking* de escolas. Desde essa altura, os *rankings* passaram a ser publicitados todos os anos por vários meios de comunicação social e têm estado no centro de um intenso e polémico debate. Atenta a esta questão, Benedita Portugal e Melo, professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, conduziu um estudo através do qual procurou analisar a reflexividade simbólico-ideológica do debate mediatizado, mas sobretudo perceber os efeitos da sua publicação nas práticas profissionais dos professores. Intitulado “Os professores do ensino secundário e os rankings escolares - reflexos da reflexividade mediatizada”, o estudo será publicado em livro em Setembro deste ano. Nesta entrevista damos a conhecer, e antecipamos, algumas das conclusões que resultaram deste trabalho de investigação.

O que a levou a avançar com este trabalho?

Este trabalho constitui o objecto de estudo da minha tese de doutoramento. Nessa altura, em 2003, os *rankings* escolares eram ainda um tema pouco familiar à maioria dos professores do 12º ano e não tinham sido sistematizados pelos meios de comunicação social. Além disso, e apesar das inúmeras reflexões mediatizadas que se iam produzindo em torno deles, os *rankings* não tinham sido ainda alvo de qualquer estudo científico que analisasse as consequências da sua publicação nas práticas organizacionais e pedagógicas dos docentes do ensino secundário.

Ao mesmo tempo, este era um tema que me interessava também como material pedagógico - os meus alunos colocavam-me variadas questões em torno dos rankings, nomeadamente o seu efeito nas práticas dos professores -, tendo procurado, através do debate que era produzido nos jornais, em particular no Público, explicar-lhes o contexto ideológico que estava por trás da produção e da defesa dos rankings. Por estas razões, e porque as minhas áreas de interesse cruzavam a Sociologia da Educação com a Sociologia da comunicação, decidi avançar para este trabalho.

Que metodologia utilizou?

O trabalho de campo decorreu ao longo de 2005, tendo sido pedido a 85 professores do 12º ano de escolaridade que manifestassem as suas opiniões sobre os *rankings* escolares relativos a 2001, 2002, 2003 e 2004. Os docentes eram oriundos de seis escolas secundárias situadas em diferentes regiões, ilustrando as disparidades socioeconómicas, culturais e geográficas do país. Estas escolas, aliás, ocupavam posições muito diferentes nos rankings escolares, uma invariavelmente nos primeiros lugares; outras nos últimos lugares; as restantes em posições intermédias.

O que evidenciaram os resultados que recolheu?

O inquérito mostrou que 57,6 por cento dos professores inquiridos discordam da publicação anual das listas que ordenam, por escola, as classificações dos exames de 12º ano, ao passo que 42,4 por cento afirmou concordar com a sua publicação. De uma maneira geral, porém, diria que os *rankings* escolares não são percebidos pela maioria destes professores como um meio de dar a conhecer publicamente os resultados da sua competência pedagógica e permitir-lhes recuperar a auto-estima.

Na realidade, os critérios de justiça que passaram a regulamentar as práticas lectivas dos professores e que estes valorizavam poderão estar em causa desde que passaram a ser alvo deste tipo de avaliação pública. A questão passará justamente pelo facto de muitos docentes considerarem que não é o produto das suas práticas que é alvo de uma avaliação pública, mas os resultados que os alunos obtêm nos exames.

Neste sentido, mais de metade dos professores entrevistados entende que os *rankings* escolares originam um juízo público negativo sobre eles. Aliás, é bastante mais significativo o número de inquiridos que considera que a acção de todos os professores do ensino secundário público é avaliada negativamente (20,2%) do que aqueles que apenas remetem esta emissão de juízos de valor para os docentes que leccionam nas escolas pior posicionadas (13,8%). Embora alguns destes professores também entendam que esta avaliação da opinião pública se dirige igualmente aos alunos que frequentam o ensino público (11,7%), têm a percepção de que é sobretudo a

imagem do seu trabalho que está em causa. A consciência que evidenciam sobre a possibilidade de os *rankings* escolares terem acentuado a emergência de um mercado escolar é revelada por 18,2 por cento dos inquiridos.

Quais são os argumentos daqueles que se mostraram favoráveis à publicação dos rankings?

Nas justificações dadas pelos inquiridos que são a favor da publicação dos *rankings* escolares, é possível detectarem-se argumentos próximos das concepções que os entendem como um meio capaz de medir a qualidade do ensino ministrado nos diferentes estabelecimentos escolares, expressos em afirmações como “*é sempre uma forma de tomar conhecimento da realidade global do ensino em Portugal*” ou “*é uma forma de comparação de resultados que considero bastante válida e, por vezes, dá para inferir conclusões quanto aos critérios de avaliação utilizados nas escolas*”.

Confrontados com uma retórica que acentua a necessidade de os professores desenvolverem um serviço de qualidade com vista aos interesses dos utentes da escola, estes docentes parecem ter incorporado o discurso dos produtores de opinião que entendem que os *rankings* escolares produzem informações objectivas e fidedignas sobre a realidade educativa nacional.

Outras perspectivas associam-se a estas mas, apesar de traduzirem o mesmo espírito, mostram-se mais críticas, na medida em que colocam reservas ao processo de elaboração dos *rankings* escolares. Um outro conjunto de docentes revela-se mais preocupado com a utilização que deveria ser feita dos *rankings*, defendendo que estes deveriam ser aproveitados para se promover a melhoria do sistema educativo público.

E aqueles que discordam, o que dizem?

A grande maioria dos inquiridos que não concorda com a publicação dos *rankings* de escolas desconsidera precisamente os critérios “objectivos” que presidem à sua elaboração, entendendo que estes não são adequados para reflectir publicamente a qualidade do seu trabalho e o dos seus pares. Todavia, tal como os professores que concordam com a publicação dos *rankings*, parte dos inquiridos que apresentam uma opinião oposta não deixa de considerar que estão sujeitos a um julgamento público, porventura mais acentuado devido à existência de um mercado escolar atento aos resultados dos *rankings*.

Na opinião de outros docentes, o problema deste julgamento público reside justamente no facto de os *rankings* escolares reflectirem uma imagem errónea da actividade que é realizada nas escolas secundárias públicas. Nesta ordem de ideias, rejeitam a realização de uma hierarquização profissional produzida a partir do exterior da escola, que percebem como profundamente penalizadora e injusta.

Ao criticarem os critérios de elaboração dos *rankings* e ao não considerarem importante o lugar ocupado pela sua escola naquelas listas, outros docentes não só manifestam a sua discordância perante a ordenação e hierarquização do mundo escolar em torno dos valores da eficácia e da produtividade, como ainda denunciam os seus efeitos perversos, isto é, o facto de estes poderem gerar dissonâncias que ameaçam a função democratizadora da escola e o favorecimento de práticas de ensino instrumentalizadas e mercantilizadas.

Em síntese, os dados que estas listagens apresentam não só não traduzem a complexidade do trabalho escolar e o conjunto de dimensões que o envolvem, como inclusivamente ocultam o papel dos factores sociais e culturais no insucesso escolar, aspecto salientado por muitos docentes quando mencionam o facto de os *rankings* não terem em atenção estas variáveis.

Que tipo de efeitos produzem os rankings escolares nas práticas profissionais?

O facto de a maioria dos professores percepcionarem os *rankings* escolares como meios que produzem um julgamento público sobre o mundo escolar em geral, e sobre o seu desempenho, em particular, não é condição suficiente para que estes tenham alterado significativamente as suas práticas profissionais quotidianas. Na verdade, apenas 22,4 por cento dos inquiridos assumiram que a publicação dos *rankings* escolares influenciou o modo como passaram a leccionar.

O processo de recepção das mensagens mediáticas é um processo de “negociação do significado” no qual interferem diversas variáveis. A falta de credibilidade e confiança que os docentes atribuem aos critérios que presidem à elaboração das listas ordenadas das escolas, por um lado, e o facto de ideologicamente defenderem a realização de uma avaliação multidimensional que integre os aspectos qualitativos da realidade educativa, por outro, explicarão porque motivo a grande maioria dos inquiridos não alterou as suas práticas pedagógicas.

Um outro factor poderá, para além disso, ajudar a explicar porque razão uma parte significativa dos docentes não alterou as suas práticas lectivas: muito simplesmente porque estas já visavam o objectivo exame e já tinham em atenção as diferenças entre as notas obtidas na frequência e as notas dos testes nacionais.

Os *rankings* escolares parecem, assim, ter sobretudo influenciado a forma como os professores passaram a avaliar os seus alunos. A valorização da avaliação aferida dos desempenhos dos alunos em detrimento da avaliação formativa constituirá a consequência mais evidente da adopção destas práticas. O risco de a multiplicidade de olhares sobre os alunos se ir reduzindo e de estes passarem apenas a ser representados como meros reprodutores de conhecimento torna-se então bastante provável, como, aliás, o reconheceram alguns professores.

Os efeitos são mais visíveis nas práticas organizacionais?

Sim, penso que os dados obtidos permitem concluir que os *rankings* escolares já foram assumidos pelos professores, e pelas próprias escolas, no sentido de interferirem nas práticas organizacionais dos estabelecimentos de ensino. O grau de atenção que é dedicado aos rankings em cada escola é, porém, muito diverso, dependendo de factores tão diversos como a credibilidade que é conferida aos próprios *rankings* escolares pelos membros dos conselhos executivo e pedagógico, pelos restantes professores e mesmo pela situação de concorrência no mercado escolar vivenciada por algumas escolas. Neste sentido, 37,5 por cento dos inquiridos referiram, por exemplo, que os *rankings* levaram à adopção de estratégias específicas que permitissem à sua escola melhorar os resultados obtidos nos exames de 12^o ano.

*Entrevista conduzida por **Ricardo Jorge Costa***